

O que há de errado com a pornografia?

*Lucas Miotto **

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Resumo

O meu objetivo neste ensaio é mostrar que alguns dos argumentos geralmente fornecidos pelos movimentos feministas e pelos conservadores contra a pornografia não são argumentos sólidos e, por essa razão, são insuficientes para sustentar que a pornografia é moralmente errada.

Palavras-chave

Pornografia, feminismo, ética prática

Abstract

My aim in this essay is to show that some of the arguments usually offered by the feminist

* Agradeço ao Matheus Martins Silva pela leitura atenta e pelos frutíferos comentários nas versões anteriores do artigo e também à Elisa Coimbra por apontar alguns aspectos importantes dos argumentos feministas que havia negligenciado.

movements and conservatists against the pornography are not sound, and so, are not sufficient to hold that pornography is morally wrong.

Keywords

Pornography, feminism, practical ethics

1. Uma visão geral

Não é muito difícil ter acesso à pornografia hoje em dia. Também não é muito difícil encontrar pessoas que vejam ou já viram algum tipo de pornografia. Posso até dizer que esse é um hábito bastante comum, que não é restrito a uma cultura ou a outra¹. Porém, hábitos por si só não dão respaldo moral a qualquer coisa que seja: em Roma, havia o hábito de se escravizar pessoas e colocá-las em arenas para digladiarem até a morte a fim de satisfazer o mero prazer do público. É difícil defender que esse hábito era moralmente justificado e um simples raciocínio revela que ele é injustificado. Se hábitos podem ser moralmente injustificados, então perguntar se há algo errado com o hábito da pornografia é relevante.

Note que trato “errado” como equivalente a “moralmente injustificado”. Mas não quero presumir que o termo “moralmente injustificado” seja autoexplicativo. Dar uma justificação para alguma coisa é dar uma razão para se acreditar nessa coisa. As justificações, por sua vez, podem ser de diversos tipos e podem ter inúmeras características: podem ser confiáveis ou não, verdadeiras ou falsas, podem ser religiosas, morais, jurídicas, científicas e assim por diante. No entanto, essa definição não é boa, pois é possível achar qualquer tipo de razão para se acreditar em qualquer tipo de coisa. É mais plausível dizer que *x* é injustificado quando não há uma boa razão para acreditar em *x* e, por analogia, *x* seria moralmente injustificado quando não há uma boa razão moral para acreditar em *x*.

Isso leva ao problema de saber o que é uma boa razão. Nesse caso, um exemplo é melhor do que uma definição: imagine que eu quero explicar de onde vêm os bebês. Uma explicação é que os bebês geralmente vêm de pés de repolho e outra é que geralmente vêm de uma relação sexual entre um homem e uma mulher. Posso achar que há uma razão para crer que os bebês geralmente vêm de pés de repolho: alguns são esverdeados quando nascem e

I - Para estatísticas relacionadas ao consumo mundial de pornografia, ver: <http://www.internet-filter-review.toptenreviews.com/internet-pornography-statistics.html>.

não cheiram bem, por isso deve haver alguma coisa em comum. Essa razão é extremamente ruim. Isso porque, no mínimo, ela não consegue explicar como outras coisas esverdeadas que não cheiram bem não geram bebês. No entanto, há boas razões para crer que bebês geralmente vêm de uma relação sexual entre um homem e uma mulher. Uma delas, apesar de não ser a melhor, poderia ser que pessoas que seguem o celibato à risca nunca têm bebês. Ela é uma boa justificação, pois consegue mostrar que o modo de vida dos celibatários carece de um dos elementos necessários para se ter bebês.

Para alguém defender que a pornografia é errada, isto é, moralmente injustificada, então terá de mostrar que não há boas razões morais que sustentam a prática da pornografia. Um modo de fazer isso – e é o modo como geralmente é feito – é mostrar que a prática da pornografia infringe um princípio moral básico. Tome o seguinte exemplo:

- 1) Causar dor e sofrimento é errado.
- 2) A prática da pornografia envolve dor e sofrimento.
- 3) Logo, a pornografia é errada.

No exemplo, (1) é um princípio moral básico e (2) é uma descrição factual do mundo. Por um simples raciocínio dedutivo, concluí que a pornografia violou o princípio moral básico assumido. Se (1) for plenamente aceito e a descrição estabelecida por (2) for verdadeira, isto é, de fato corresponder à realidade, então há uma boa razão moral para concluir que a pornografia é errada².

O debate sobre a pornografia se torna mais interessante quando o que se está em causa não é o princípio moral básico assumido³, mas a descrição factual usada para se chegar à conclusão de que a pornografia é errada. Muitas vezes, no entanto, as descrições factuais não chegam diretamente a um princípio moral básico, como no exemplo que forneci acima, mas chegam a princípios morais derivados de princípios morais básicos. Um exemplo seria o princípio “estuprar é errado”. Ele é um princípio moral derivado, pois posso remetê-lo ao princípio da dor e do sofrimento.

Meu objetivo neste ensaio é tentar mostrar que os argumentos geralmente fornecidos pelos movimentos feministas⁴ e pelos conservadores contra a pornografia não são argu-

2 - Essa espécie de raciocínio aplicada à ética é exposta por Michael Tooley. Em sua página pessoal é possível ter acesso ao conteúdo de suas aulas que detalham os métodos de raciocínio em ética: <http://spot.colorado.edu/~tooley/Lecture9.html>.

3 - Não quero entrar aqui na discussão se há ou não princípios morais básicos e se eles variam de sujeito para sujeito. Assumo, para os fins deste ensaio, que princípios morais básicos existem e são dedutíveis pelo raciocínio ou autoevidentes.

4 - Note que o movimento feminista não é um movimento uniforme. Há feministas que inclusive defendem que a pornografia

mentos sólidos ainda que se concorde com os princípios morais básicos e derivados assumidos. Note que o âmbito que quero tratar é restrito. Quero tratar sobre o debate moral, ou seja, verificar se a pornografia é moralmente errada ou não. Há uma linha tênue entre esse debate e o debate político que levanta se a pornografia deve ser proibida ou não. A linha que divide esses debates é tênue, pois normalmente se invoca algum princípio moral para justificar a proibição da pornografia⁵. A grande diferença é que o debate político se foca no conflito entre a liberdade de expressão e algum outro direito, enquanto o debate moral se foca nas qualidades intrínsecas à pornografia.

2. O que é a pornografia?

Creio que a primeira intuição que vem à tona quando se pensa em pornografia é a de que ela envolve algum material sexualmente explícito (WEST, 2008). Seja o que for que tenha conteúdo sexual explícito conta como pornografia: livros, revistas, filmes, esculturas, pinturas, etc. Segundo essa definição, o filme *Deep Throat* contaria como pornografia, mas também contaria como pornografia o livro *O Bom Crioulo* e um manual de ginecologia.

Essa definição não é boa, pois inclui coisas demais. O livro de ginecologia e *O Bom Crioulo*, por exemplo, não parecem ser o tipo de coisa que normalmente se considera como pornografia. O livro de ginecologia foi escrito com a intenção de informar estudantes e médicos sobre os aspectos anatômicos do órgão genital feminino. *O Bom Crioulo* é um romance que contém algumas passagens sexualmente explícitas, mas claramente não foi escrito com o único propósito de descrever práticas sexuais explícitas. Já o filme *Deep Throat* contém inúmeras cenas de sexo explícito e o propósito central do filme parece ser justamente o de mostrar essas cenas. O que se extrai disso é que a intenção do material também é relevante para considera-lo como pornográfico (*Idem*).

No entanto, nada do que eu disse até agora sobre o filme *Deep Throat* o diferenciaria, por exemplo, de um documentário educativo sobre as relações sexuais, já que ambos têm como foco mostrar relações sexuais explícitas. Uma forma de diferenciá-los é dizer que, na verdade, “mostrar relações sexuais explícitas” não é o propósito central, mas o meio pelo qual o propósito é alcançado. Se esse é o caso, então uma diferença já pode ser traçada: o

não é moralmente errada. Portanto, quando me refiro aos movimentos feministas, me refiro somente à parte do movimento que defende que a pornografia é moralmente errada.

⁵ - Os princípios morais geralmente invocados são o da dignidade e o do dano aos outros. A defesa clássica do princípio do dano aos outros se encontra em John Stuart Mill, no seu livro *Sobre a Liberdade*. Para uma defesa e ampliação do argumento de Mill associado diretamente à pornografia, ver DYZENHAUS, 1992.

documentário educativo faz uso de relações sexuais explícitas *a fim de* educar, e o filme *Deep Throat* faz uso de relações sexuais explícitas *a fim de* provocar excitação sexual em quem assiste. Portanto, uma definição melhor de pornografia é a de que ela é “material sexualmente explícito que é primariamente designado a produzir excitação sexual em quem assiste.” (*Idem*)⁶. Essa definição é melhor, pois o critério da intenção consegue abranger aquilo que se costuma identificar por pornografia, nomeadamente filmes, revistas e alguns livros que ilustram ou descrevem pessoas nuas ou em pleno ato sexual, e consegue excluir algumas espécies de materiais que também contêm conteúdo sexualmente explícito, tais como documentários educacionais, livros de anatomia e romances.

Há uma definição alternativa usada por algumas feministas: pornografia é “material gráfico sexualmente explícito que subordina as mulheres por meio de figuras ou palavras.” (MACKINNON, 1996. p.22)⁷. Penso que essa definição é demasiado ruim por quatro motivos. O primeiro é porque o âmbito dela é muito restrito. Seguindo a definição, um filme que contenha sexo explícito de homossexuais do sexo masculino não seria considerado pornografia e um filme contendo cenas de sexo explícito que envolve uma mulher praticando tortura em um homem também não seria pornografia. O segundo motivo é porque não há qualquer referência ao propósito do material, o que leva ao problema que discuti anteriormente. O terceiro motivo é que é arbitrário escolher a mulher como ponto central na definição: não há qualquer justificação para não incluir outros sexos e gêneros, ainda que se mostre que estatisticamente há mais conteúdo pornográfico que envolve mulheres. E finalmente, o quarto e mais importante é que essa definição torna trivial a questão acerca da pornografia ser moralmente errada ou não. Se eu partir dessa definição, não há como concluir que a pornografia não é moralmente errada a não ser que eu defenda que subordinar a mulher não seja moralmente errado, o que eu não estou disposto a fazer. A própria definição já pressupõe o que está em causa no debate, nomeadamente, se a pornografia é errada ou não, ou se a pornografia subordina as pessoas de modo ruim ou não. Portanto, não é uma boa definição para um debate racional.

6 - REA (2001) argumenta que provocar excitação em quem assiste não é condição necessária para algo contar como pornografia. Ele defende que para algo contar como pornografia, entre outras coisas, é mais importante que a pessoa deseje que o conteúdo de um material provoque-lhe excitação. Além do mais, outro requisito é o material ser considerado como pornográfico pela maioria das pessoas para as quais o material foi desenvolvido. Penso que esse conceito não é bom, no entanto não irei discuti-lo aqui.

7 - Antes de dar essa definição, MacKinnon defende o seguinte argumento: “Pornografia é material de masturbação. Ela é usada como sexo. Logo, ela é sexo.” (*Idem*, p. 17). Esse argumento é inválido e uma analogia mostra a sua invalidade: Um vibrador é material de masturbação. Ele é usado como sexo. Logo, ele é sexo. Obviamente que o vibrador não é “sexo”, ele continua sendo o vibrador, sua constituição não se altera devido ao uso que lhe foi empregado. Isso mostra que as premissas são verdadeiras, mas a conclusão é falsa, portanto o argumento é inválido.

Algumas feministas, para sair de alguns desses problemas, fazem a distinção entre pornografia e *material erótico*. Elas defendem que *material erótico* é um material sexualmente explícito que não envolve a subordinação da mulher, ou contém algum outro tipo de relação sexual, por exemplo, a homossexualidade. Algumas chegam a admitir essa distinção e ainda incluem em seu conceito quaisquer pessoas que sofram subordinação (WEST, 2008).

Essa distinção é *ad hoc*: ela parece ser feita unicamente com o propósito de escapar das objeções anteriores. Não há uma razão independente para sustentá-la. Além disso, ela continua tornando trivial a questão de que a pornografia é moralmente errada, dado que já contém na própria definição da pornografia a relação de subordinação. Esse tipo de definição é ruim para a discussão racional, pois cerceia, sem motivos, algumas intuições. No caso, especificamente, cerceia a intuição de que é possível a pornografia sem subordinação. Dado que o meu objetivo é investigar se há algo de errado com a pornografia, tenho interesse de saber se há algo errado com qualquer tipo de pornografia, independentemente de ela envolver subordinação ou não.

Uma questão correlata à definição é saber se a pornografia é apenas uma representação de um ato sexual explícito ou é um ato sexual de fato (MACKINNON, 1996. p. 28). Alguém pode defender que é uma representação para tentar escapar da objeção de que a pornografia é moralmente errada. Ele poderia usar o seguinte gênero de argumento: não há porque se preocupar com a pornografia, pois aquilo que é mostrado não é a realidade. Há um exagero nas práticas justamente para provocar a excitação em quem assiste⁸. Na verdade, a pornografia não passa de uma ficção, um teatro, uma representação exagerada da realidade. Os julgamentos morais que fazemos da vida real não podem ser estendidos à mera ficção. Logo, não podemos julgar a pornografia com os mesmos critérios que julgamos a vida real. Mackinnon (*Idem, ibid.*) defende que a pornografia é um ato real e que não há, por exemplo, qualquer diferença entre quem assiste a um filme de estupro em grupo e quem assiste um estupro em grupo de fato⁹. Defendo que saber se é uma ficção ou não é irrelevante para o julgamento moral. Ficções também envolvem crenças morais não ficcionais. Imagine só um livro que retrate Hitler como um salvador da humanidade. Certamente, esse livro seria suscetível a julgamentos morais. Se esse é o caso, então não vejo razão para não ser possível estender julgamentos morais à, por exemplo, uma revista pornográfica que retrate inúmeras mutilações. Logo, sendo a pornografia ficção ou não, os julgamentos morais se operam da mesma forma.

8 - A mera existência de vídeos amadores ou de filmagens feitas por câmeras escondidas que depois foram lançadas na internet e veiculadas como material pornográfico refutaria essa ideia.

9 - Contra MacKinnon poderia ser dito que no filme pornográfico a mulher consentiu a ser "estuprada", enquanto que, na vida real, não - apesar de as imagens serem semelhantes.

Dadas essas considerações, creio que é mais plausível seguir com a definição de que a pornografia é qualquer material sexualmente explícito, primariamente designado a produzir excitação sexual em quem a assiste.

2. Os argumentos

Há inúmeros argumentos contra a pornografia. Nesta seção, pretendo apresentá-los de maneira simples e intuitiva e levantar objeções a alguns dos argumentos mais comuns defendidos pelos movimentos feministas e por alguns conservadores. Esses argumentos se utilizam daquele tipo de raciocínio que mencionei nas considerações gerais: eles encontram uma descrição factual que violam um princípio básico assumido e concluem que a pornografia é errada. Tentarei mostrar em cada um deles que a descrição factual não é suficiente para se chegar à conclusão desejada.

1) *O Argumento do mau gosto e da degradação dos valores:*

Um dos argumentos usados pelos conservadores contra a pornografia é o de que o conteúdo sexual explícito degrada os valores tradicionais de decência e alguns valores religiosos e familiares; logo, ela é errada. Além disso, argumentam que a pornografia incita a violência e aumenta a promiscuidade sexual (WEST, 2008).

Esse não é um bom argumento. Os defensores desse argumento confundem o que é politicamente incorreto com o que é moralmente incorreto. Pode ser verdade que a pornografia não é condizente com os valores tradicionais. Ela pode ser uma prática de mau gosto que tira a beleza da relação sexual ao mostrar práticas sexuais semelhantes à de animais não-humanos e realça os órgãos sexuais e a nudez. A prática ofende essas pessoas, mas ela parece ofender essas pessoas por um único motivo: pelo fato de as crenças associadas ao que é uma sociedade correta excluir esse tipo de prática. Fica claro, aí, o problema desse tipo de argumento: grupos diferentes têm diferentes crenças acerca do que constitui uma sociedade correta. Sexo explícito pode ser o tipo de coisa que não ofende outro grupo de pessoas.

Do mesmo modo, muitas coisas podem ofender ou incomodar diferentes tipos de pessoas. Por exemplo, penso que mascar chicle com a boca aberta é indecente e vai contra alguns valores básicos de boa educação. Penso, também, que estender roupas nas janelas de prédios é indecente e vai contra o que acredito ser uma cidade organizada e harmônica. No entanto, nada disso é suficiente para mostrar que essas práticas são moralmente erradas.

Elas, no máximo, vão contra algo que valorizo. Mas seria arbitrário eu colocar minhas preferências como um valor moral que todos devem respeitar.

Note que não estou sustentando o relativismo moral. Estou defendendo que as crenças associadas ao que é uma sociedade correta variam, mas não estou defendendo que o que de fato é uma sociedade correta varia. Penso que, para mostrar que a pornografia é errada, alguém deve fornecer um argumento que mostre que ela é prejudicial para a sociedade, seja quais forem as crenças das pessoas associadas à sociedade.

Um modo de fazer isso é mostrando que a pornografia gera consequências ruins e é exatamente isso que a segunda parte do argumento em causa faz: defende que a pornografia incita a violência e a promiscuidade sexual. Falarei num tópico específico sobre a violência, mas adianto que não há evidência empírica suficiente para se sustentar que a pornografia gera violência. Quanto à promiscuidade sexual, alguém pode argumentar que ela é ruim, pois ajuda a propagar doenças venéreas. Concordo que, em uma sociedade onde haja um alto índice de doenças venéreas, haverá maior risco de contaminação se houver um índice maior de promiscuidade. Mas isso, por si só, não é suficiente para dizer que a promiscuidade é moralmente incorreta, pois ela só parece errada em uma circunstância em que haja esse tipo de doenças. Numa situação hipotética em que o índice de doenças venéreas é quase nulo e todas as pessoas usam métodos para se proteger, a promiscuidade não parece causar qualquer mal. Defender que a promiscuidade é um mal parece mais motivado por preconceitos associados a essas práticas do que por alguma característica ruim que ela tem por si mesma.

Outra versão desse tipo de argumento é dada por Roger Scruton (2001; 2012). Scruton defende que a relação sexual entre pessoas se difere das relações sexuais entre animais não-humanos. A relação sexual entre pessoas envolve diversos sentimentos complexos que são identificados entre os parceiros por meio de olhares e insinuações. No entanto, estabelecer uma relação com alguém não se resume em identificar esses sentimentos e buscar satisfazê-los. Além da identificação dos sentimentos, é necessária uma forma de negociação entre os parceiros e, nessa negociação, a liberdade e a responsabilidade entram em jogo. Só há uma relação genuína se a pessoa é livre para aderir aos apelos sentimentais da outra e for responsável por essa aderência. A relação envolve riscos, por exemplo, de ofender a outra pessoa, de deixá-la traumatizada. Por isso que a responsabilidade também desempenha um papel importante.

A pornografia suprime o papel da liberdade e da responsabilidade das relações. Ela proporciona uma satisfação de desejos sexuais sem riscos. Isso faz com que as pessoas se tornem viciadas nessas formas de satisfação isentas de riscos e passem a desvalorizar as relações genuínas em que a liberdade e a responsabilidade desempenham um papel crucial.

O argumento de Scruton é bastante poético, mas infelizmente não é um bom argumento. Discordo da premissa que diz que há uma diferença substancial entre relações sexuais dos animais humanos em relação à dos animais não-humanos¹⁰. Mas, aceitando-a para fins de argumentação, ainda assim penso que o argumento continua ruim. O primeiro motivo para pensar isso é que Scruton não tem evidência empírica que mostre que a pornografia leva a supressão do papel da liberdade e da responsabilidade nas relações. Porém, ainda que seja verdade que a pornografia leva a essa supressão, não vejo como isso tornaria a pornografia moralmente errada. Parece-me que, no máximo, a supressão da liberdade e da responsabilidade – do modo entendido por Scruton – só arruinaria um tipo específico de relação: uma relação profunda em que as partes compartilham sentimentos complexos e não meros desejos carnisais. Mas esse não é o único tipo de relação sexual que existe.

Scruton parece pressupor que há alguma coisa de errado com o sexo casual, por exemplo. No sexo casual, essa relação profunda não existe, há mera satisfação de desejos carnisais. Mas, o que há de errado se duas pessoas consentem em satisfazer mutuamente os seus prazeres por algumas horas? Esse tipo de relação não tem toda a mágica que Scruton pressupõe, mas não parece haver razão alguma para condená-la. Se as partes consentirem, não há qualquer dano para qualquer pessoa que seja.

No caso da pornografia, os atores envolvidos podem não compartilhar sentimentos profundos uns pelos outros. Porém, se estiverem ali de modo consensual, não parece haver nada de errado. Se alguém quiser defender que é errado, terá de apresentar um argumento mostrando que há algum dano ou a violação de algum princípio moral básico, ainda que pessoas totalmente informadas adiram consensualmente à prática da pornografia, o que não é feito por Scruton.

2) O Argumento da instrumentalização

O argumento da instrumentalização, normalmente, vem acompanhado de alguma defesa de um princípio moral da dignidade da pessoa humana. Uma das formas do argumento é a seguinte: pornografia instrumentaliza as pessoas envolvidas, pois as coloca como mero meio para a satisfação dos interesses financeiros da indústria pornográfica e do desejo sexual de quem assiste. Tratar as pessoas como meio fere a dignidade delas e, dado que ferir a dignidade é errado, tratar as pessoas como um meio é errado (HILL, 1987. p. 39).

Esse argumento é muito ruim. Só pode haver instrumentalização se as pessoas envolvidas

¹⁰ - Para uma comparação das relações sexuais dos animais humanos com a dos animais não-humanos, ver: MORRIS (2001) e RIDLEY (2003).

não consentirem. No entanto, é possível que circunstâncias fora do controle do indivíduo o façam engajar na prática da pornografia, tais como a necessidade financeira ou outra adversidade qualquer. Nessas circunstâncias, é possível que a própria pessoa procure se engajar com a pornografia – logo, consente – mas a sua vontade é condicionada a fatores externos. Isso não é um problema. Essa situação pode ser considerada como falta de consentimento: a pessoa não tinha a liberdade de escolher outra coisa, portanto, não foi totalmente livre.

O máximo que o argumento da instrumentalização consegue mostrar é que há casos em que pessoas se engajam na prática da pornografia sem consenso e, por isso, são instrumentalizadas. Mas – creio – nem todas as pessoas que se engajam na prática da pornografia o fazem sem consentimento. Se houver apenas um único caso em que as pessoas se engajam consensualmente, o argumento da instrumentalização cai por terra.

Um modo de ver como o argumento da instrumentalização é inofensivo à pornografia é usar o raciocínio contrafactual para imaginar uma situação em que todas as pessoas ou algumas se engajam na pornografia por vontade própria. Se nessa situação ficar claro que há instrumentalização dessas pessoas, então o argumento funcionará. Penso que o defensor da instrumentalização não conseguirá mostrar isso, pois a própria noção de instrumentalização pressupõe a falta de consentimento.

Outro problema desse argumento é o apelo ao princípio moral básico da dignidade. A dignidade é um conceito bastante confuso e pode até ser usado para posições incompatíveis (PINKER, 2008). Por exemplo, poder-se ia dizer que a pornografia é contra a dignidade, pois trata as pessoas como instrumentos; poder-se ia dizer, também, que a pornografia favorece a dignidade das pessoas envolvidas, pois as tornam famosas e desejadas e, assim, considera os interesses delas. Portanto, creio que ele não é um bom princípio moral para decidir se a pornografia é certa ou errada.

3) O Argumento da subordinação das mulheres

O argumento da subordinação das mulheres é uma espécie do argumento da instrumentalização. Creio que as mesmas objeções que fiz ao argumento anterior cabem aqui, mas há alguns aspectos particulares relevantes.

As feministas, em geral, argumentam que a pornografia é danosa às mulheres¹¹, pois ela reforça ou constrói uma imagem de que a mulher é objeto sexual do homem, de que ela

11 - Por exemplo, MacKinnon (1996, p.20) diz que: “Empirically, all pornography is made under conditions of inequality based on sex, overwhelmingly by poor, desperate, homeless, pimped women who were sexually abused as children. The industry’s profits exploit, and are an incentive to maintain, these conditions.” Porém, apesar de dizer que “empiricamente” isso é verdade, ela não diz de onde tirou tais informações.

deve se submeter aos desejos sexuais do homem, de que ela é submissa e gosta de violência nas relações sexuais, entre outras coisas. Segundo elas, há uma estrutura social denominada “patriarcado”, que impede que as mulheres sejam tratadas com a mesma consideração e respeito que os homens. Essa estrutura social impõe papéis submissos à mulher e cria a imagem de que a mulher deve servir ao homem. A pornografia, portanto, reforçaria essa estrutura social ao mostrar que a mulher, de fato, é submissa nas relações sexuais e gosta de ser tratada desse modo.

Há diversas variações desse argumento. Há quem defenda que a pornografia é equiparada ao hate speech, mas é tolerada – assim como algumas formas de hate speech não são penalizadas – por se dar maior peso à liberdade de expressão (MACKINNON, 1996), que a pornografia cria uma situação social na qual, quando a mulher diz “não”, ela na verdade está estimulando o homem a possuí-la (LANGDON, 1993; 1998), e isso decorre de a pornografia ser um ato de fala em que a compreensão (uptake) é retirada (BUTLER, 1997), e há, inclusive, defesas mais radicais do próprio fato de que ser mulher já implica na ausência de escolhas livres, dada a profundidade da dominação social feita pelo homem. Nesse caso, a pornografia não passaria de mais um desses instrumentos de dominação e objetificação da mulher. (DWORKIN, A. 2007)

Normalmente, as defensoras dessa espécie de argumento restringem a definição de pornografia para “material sexualmente explícito que subordina as mulheres”. Como já dito anteriormente, essa definição não é boa e é arbitrária. Ela trivializa o fato de a pornografia ser moralmente errada. Ao se adotar o conceito de pornografia que propus na seção anterior, veremos claramente que os argumentos feministas não são suficientes para mostrar que a pornografia é errada, já que haverá formas de pornografia que não envolvem quaisquer mulheres reais, por exemplo, pornografia em quadrinhos e pornografia entre dois ou mais homens.

Um aspecto crucial é que, mesmo assumindo, para fins de argumentação, a existência do patriarcado, isso não prova que a pornografia é intrinsecamente errada. Essa espécie de argumento só consegue mostrar que “subordinar a mulher” é errado, que “tratar a mulher como um objeto” é errado, que suprimir a capacidade de consentir é errado, que não deixar a mulher escolher é errado. Os argumentos feministas conseguem denunciar a existência de uma situação social ruim para as mulheres, mas eles não são bons argumentos contra o fato de a pornografia ser moralmente errada. Para ela ser moralmente errada, tem-se de mostrar que, em *qualquer* situação, a mera prática da pornografia implica na violação de um princípio moral básico ou derivado. Os argumentos feministas não conseguem fazer isso e a mera existência de ao menos uma mulher que escolha livremente ser uma atriz pornô e os filmes que ela fizer não mostrarem-na sendo submissa, mas sendo tratada com respeito, mostrará

a debilidade desse gênero de argumento feminista.

Antes de seguir, é preciso deixar claro que há, sim, uma relevância nos argumentos feministas. Penso que os argumentos feministas são importantes para um debate político da formação dos processos de decisão na sociedade e no debate sobre a desigualdade. Se, de fato, houver uma situação de disparidade entre homens e mulheres, penso que isso deve ser corrigido. Penso também que a sociedade atual é machista, mas não sei afirmar o grau de machismo presente na sociedade e, infelizmente, parece que as feministas não se preocupam em fazer pesquisas quantitativas para recolher dados sobre isso. Penso que atacar a pornografia é uma péssima estratégia das feministas para combater a disparidade. Seria mais produtivo se elas atacassem a disparidade diretamente, mas antes é preciso ter informações precisas sobre isso. Debates teóricos técnicos sobre conceitos da filosofia da linguagem e da epistemologia não vão ajudar em nada.

4) O Argumento da violência

O argumento da violência é simples e pode ser formulado da seguinte maneira: causar violência injustificadamente é errado. A pornografia causa violência injustificadamente. Logo, a pornografia é errada (WEST, 2008). O problema desse argumento é que ele faz uma alegação que só pode ser verificada empiricamente. Só através de dados é que se pode saber se, de fato, a pornografia gera violência ou não.

Andrea Dworkin (2007, p.294), por exemplo, baseia-se nos dados da *California Commission on Crime Control and Violence Prevention* produzidos em 1982. Esses estudos parecem apoiar a conclusão de que a pornografia leva à violência. No entanto, a relação de causa e efeito não é tão clara. Não posso concluir desses estudos se é a pornografia que causa violência ou se são as pessoas já violentas que gostam de consumir pornografia, por exemplo. Além do mais, esse estudo é bastante antigo e pode ser que a situação tenha mudado bastante.

Outro estudo que apoia a tese de que a pornografia leva à violência foi feito pela comissão do *U.S Department of Justice*, em 1986. O relatório final dessa comissão foi escrito por Frederick Schauer. No entanto, há razões para se duvidar desse estudo. O jurista Anthony D'Amato alega que os dados dessa comissão foram os mesmos dados usados por uma comissão dez anos antes que obteve a conclusão oposta: que não havia relação entre a pornografia e a violência (D'AMATO, 1990). Segundo esse autor, houve manipulação de dados e interesses políticos que influenciou nos resultados¹².

Há outros estudos que concluem que a pornografia diminui a taxa de violência. Por

12 - D'Amato escreveu um relatório avaliando os detalhes e as falhas do relatório final escrito por Schauer, mas não obteve resposta. Ver: D'AMATO (1990; 2006).

exemplo, D'Amato (2006) constatou que houve uma redução de 85% da violência nos últimos 25 anos, seguida de um aumento progressivo do consumo de pornografia. Há a hipótese de que a pornografia gera uma espécie de *cooling down* nas pessoas que a assistem. A pessoa assiste a pornografia e se satisfaz, portanto, não procura mulheres para violentar. Penso que esse estudo é insuficiente para estabelecer uma relação forte entre o aumento da pornografia e a diminuição da violência. Há, sim, uma relação, mas não acho que esse estudo em particular prova que o aumento da pornografia é causa necessária da diminuição da violência. Sendo assim, a diminuição da violência observada nesse período de tempo pode estar simplesmente associada ao aumento de vigilância do Estado, a penas mais duras, a um maior número de policiais, a um aumento de índices de emprego local e, até mesmo, ao progresso moral da sociedade.

Penso que os estudos disponíveis são bastante insuficientes para dar qualquer resposta à alegação de que a pornografia incita a violência. Portanto, a melhor coisa a fazer, nesse caso, é suspender o juízo até que estudos mais completos sejam feitos. Não é intelectualmente idôneo simplesmente assumir que a pornografia aumenta ou não a violência sem o respaldo empírico.

4. Considerações finais

Nenhum dos argumentos que apresentei é suficiente para concluir que a pornografia é moralmente errada. Portanto, aparentemente, não há boas razões para defender essa tese. Ainda resta dúvida sobre o argumento de que a pornografia incita a violência, porém essa dúvida só será sanada ao se realizarem estudos mais precisos sobre o tema.

Quero, por fim, deixar claro que dizer que não há boas razões para defender que a pornografia é moralmente incorreta não implica em dizer que a pornografia tem uma beatitude moral. Posso, por exemplo, defender que não há nada de moralmente errado com a pornografia e sustentar que ela é de mau gosto e que crianças devem ser privadas de acessarem esse conteúdo por não terem maturidade suficiente.

Apesar de não ter considerado os argumentos políticos sobre o problema da liberdade de expressão, creio que, se o critério de proibição for um critério moral, então as conclusões deste artigo mostram que há poderosas razões para não se proibir a pornografia. O ônus da prova, então, está com quem defende que ela deve ser proibida.

Referências bibliográficas

BUTLER, Judith. *Excitable Speech: A Politics of the Performative*. New York: Routledge, 1997.

D'AMATO, Anthony. A New Political Truth: Exposure to Sexually Violent Materials Causes Sexual Violence. *31 Wm. & Mary L. Rev.* Vol. 575: 1990. Disponível em: <http://anthonydamato.law.northwestern.edu/Adobefiles/A90b-newtruth.pdf>. Acesso dia 18/06/2012.

_____. Porn Up, Rape Down. *Northwestern Public Law Research Paper No. 913013*: 2006. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=913013. Acesso dia 18/06/2012.

DWORKIN, Andrea. *Intercourse*. The Twentieth Anniversary Edition. New York: Basic Books, 2007.

DYZENHAUS, David. John Stuart Mill and the Harm of Pornography. *Ethics*. Vol. 102, N. 3, pp. 534-55: 1993.

HILL, Judith. Pornography and Degradation. *Hypatia*. Vol. 2, N.2, pp. 39-54: 1987.

LANGDON, Rae. Free Acts and Unspeakable Acts. *Philosophy & Public Affairs*. Vol. 22, N. 4, pp. 293-330: 1993.

_____. Free Speech and Illocution. *Legal Theory*. Vol. 4, N. 1, pp. 21-37: 1998.

MACKINNON, Catharine. *Only Words*. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

MORRIS, Desmond. *O Macaco Nu: Um estudo do Animal Humano*. Tradução Hermano Neves. Rio de Janeiro: Record, 2001.

PINKER, Steven. *The Stupidity of Dignity*. The New Republic: 2008. Disponível em: <http://pinker.wjh.harvard.edu/articles/media/The%20Stupidity%20of%20Dignity.htm>. Acesso dia 18/06/2012.

REA, Michael C. What is Pornography? *Nôus*. Vol.35, N.1, pp.118-145: 2001.

RIDLEY, Matt. *The Red Queen: Sex and The Evolution of Human Nature*. New York: Harper Perennial, 2003.

SCRUTON, Roger. *Porn and Corn*. Blunt Edge, 2001. Disponível em: <http://www.artinfluence.com/bluntedge/PornandCorn.html>. Acesso dia 18/06/2012.

_____. *Pornography, Persons and Sexual Desire*, 2012. Disponível em: <http://payingattentiontothesky.com/2012/05/18/pornography-persons-and-sexual-desire-roger-scruton/>. Acesso dia 18/06/2012.

TOOLEY, Michael. *Introduction to Ethics: Extracting an Argument from a Text*. Disponível em: <http://spot.colorado.edu/~tooley/Lecture9.html>. Acesso dia 18/06/2012.

WEST, Caroline. Pornography and Censorship. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2008. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/archives/fall2008/entries/pornography-censorship/>. Acesso dia 18/06/2012.